

Temas polêmicos retornam à pauta do Senado no 1º semestre

A corregedora do CNJ, Eliana Calmon, durante entrevista coletiva: poderes do conselho deverão ser votados no início de 2012 pelos senadores



Gláucio Dalmor/Agência CNJ

Em fevereiro, senadores retomarão as análises do projeto que fixa os poderes do Conselho Nacional de Justiça, do que trata da homofobia e do que fixa as competências dos médicos

Quando voltarem do recesso parlamentar, os senadores deverão se debruçar sobre temas polêmicos que acabaram não tendo suas votações finais em 2011. O Estatuto da Juventude, que está na Comissão de Constituição e Justiça, provoca discussões principalmente por causa do trecho que trata da concessão da meia-entrada em eventos. A PEC dos Jornalistas, no Plenário, determina que só aqueles que têm diploma em Comunicação Social podem exercer o jornalismo. **4**

Lin de Paula/Senado Federal



Acir Gurgacz (segundo à direita), entre Jayme Campos (E), Luiz Henrique e Casildo Maldaner, preside reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Na Comissão de Agricultura, novo Código Florestal foi destaque

Reuniões e audiências ajudaram a definir texto do projeto que será votado agora pela Câmara. **2**

Concurso para consultor do Senado terá novo edital

“Após a publicação dos editais do concurso do Senado Federal, a Comissão do Concurso Público detectou inconsistências nos conteúdos programáticos para o cargo de consultor legislativo. Ato contínuo, contatou a Fundação Getúlio Vargas, responsável pela elaboração dos editais, e cobrou solução rápida para o problema. Desde que foi avisada, a Fundação Getúlio Vargas trabalha para aprimorar os conteúdos programáticos, que serão alvo de edital de retificação a ser publicado em breve.”

Davi Anjos Paiva, presidente da Comissão do Concurso Público



Jonas Pereira/Senado Federal

Entre João Claudino (E), Lucena, Marta Suplicy, Jucá, Flexa Ribeiro e Gim Argello, Jader (3º à esq.) toma posse

Após decisão do STF, Jader toma posse como senador

Jader Barbalho tomou posse hoje como senador. Eleito no ano passado, ele havia sido impedido de assumir o cargo pela

Lei da Ficha Limpa. O Supremo Tribunal Federal, no entanto, decidiu que a lei não pode ser aplicada às eleições de 2010. **4**

Copa de 2014 foi discutida com doze cidades **2**

Projeto prevê 30 anos para crime de terrorismo **3**

Multa para empresa que pagar menos a mulher **3**

Ao longo de 2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou 28 projetos de lei; a maioria deles concedeu novos benefícios aos produtores rurais ou melhorou suas condições de trabalho



Funcionários trabalham em frigorífico de porcos: esse tipo de estabelecimento esteve na pauta da CRA em 2011

Comissão teve papel crucial no novo Código Florestal

A REVISÃO DO Código Florestal foi um dos principais temas debatidos neste ano pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Também estiveram na pauta da comissão temas como a regularização fundiária, os frigoríficos e o cooperativismo.

Ao longo de 2011, foram realizadas 54 reuniões, sendo 32 audiências públicas. Foram aprovados 28 projetos de lei e 75 requerimentos.

Na avaliação do presidente da comissão, Acir Gurgacz (PDT-RO), a atuação da CRA ajudou a aproximar o Senado da realidade do campo.

Em busca de um entendimento sobre o Código Florestal, a CRA promoveu mais de dez audiências públicas. Foram ouvidos o relator do projeto na Câmara dos Deputados, deputado Aldo Rebelo, os ministros do Meio Ambiente e da Agricultura, entidades de produtores rurais, ambientalistas e órgãos técnicos.

As audiências rodaram o país, sendo realizadas em Brasília e em diversos estados, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rondônia.

Para o presidente da comissão, o projeto do Código

Florestal aprovado pelo Senado atendeu ao interesse de todos — agricultores, ambientalistas e moradores de regiões afetadas pela nova lei.

Além do debate sobre o Código Florestal, as audiências públicas da CRA trataram de temas como biocombustíveis, cafeicultura e incêndios florestais.

A atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na questão de assentamentos para produção rural e as políticas do governo para desenvolvimento da agricultura e preservação do meio ambiente também foram objetos de atenção da CRA.

Benefícios

Das propostas aprovadas pela comissão neste ano, a maior parte assegurou novos benefícios e melhorias nas condições de trabalho para os produtores rurais.

Entre elas, estava o substitutivo ao projeto de lei do Senado que torna impenhoráveis máquinas, equipamentos e implementos agrícolas pertencentes a produtores rurais. A medida protege os agricultores da perda de seu maquinário em decorrência de dívidas.

Outro projeto aprovado

na CRA isenta agricultores e agropecuaristas da tributação do imposto de renda na fonte sobre juros de empréstimos contratados no exterior.

Nessa linha, também se incluiu proposta que concede a agricultores familiares e cooperativas de produtores a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas fabricados em países do Mercosul.

Agricultores afetados por desastres climáticos foram beneficiados pela aprovação de projeto que permite a utilização de recursos do Fundo Especial de Calamidades Públicas (Funcap) para custear a recuperação do solo em propriedades de agricultura familiar atingidas.

Para 2012, a missão da CRA será aprimorar a legislação ambiental, a regularização fundiária na Amazônia e a logística da produção agrícola, segundo o senador Acir Gurgacz. Ele explicou que a responsabilidade da CRA aumenta com o crescimento da agricultura. O setor representa um terço do produto interno bruto (PIB) brasileiro e deve contabilizar crescimento de mais de 6% ao fim deste ano.

CDR aprovou 114 propostas e debateu Copa e Olimpíadas

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realizou 36 reuniões em 2011, das quais 24 foram deliberativas e 12 audiências, sendo três em conjunto com outras comissões. Também promoveu 12 fóruns legislativos nas cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014, além das atividades de suas subcomissões. No total, examinou 114 projetos neste ano.

A CDR recebeu duas vezes, em audiências públicas, o ex-ministro do Turismo Pedro Novais. A primeira foi para ouvir esclarecimentos sobre questões relativas à pasta. A segunda audiência se deu após a Operação Voucher, da Polícia Federal, que prendeu 36 suspeitos de envolvimento em desvio de dinheiro de convênios do ministério.

Outras audiências da CDR debateram a infraestrutura portuária, os entraves ao desenvolvimento regional, a ampliação do uso de biocombustíveis e o panorama dos acidentes aéreos no país.

Promoveu também audiência pública conjunta com as comissões de Infraestrutura (CI), Assuntos Econômicos (CAE) e Meio Ambiente (CMA) para debater a situação do tráfego aéreo. E duas outras com a CI e a CAE sobre os royalties do petróleo.

Em quatro audiências públicas, a Subcomissão Permanente da Amazônia tratou do assassinato de trabalhadores rurais no Pará e em Rondônia, debateu a reforma do Código Florestal e o acesso de estrangeiros às terras na Amazônia

e tratou das dificuldades de financiamento para o desenvolvimento da Região Norte. A subcomissão realizou simpósios em Manaus e na Câmara.

Nordeste

O destaque na atividade da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste foi a série de visitas técnicas a estados abrangidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Neste ano, foram visitados Alagoas, Paraíba, Piauí e Ceará, onde os senadores discutiram desequilíbrio fiscal, zonas de processamento de exportações (ZPEs) e zona franca, energias renováveis, aviação regional e recursos hídricos. Estão previstas visitas da comissão aos demais estados da Sudene em 2012.

A Subcomissão Temporária da Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 promoveu três audiências, em que especialistas debateram transparência nos gastos com a organização desses eventos, políticas de qualificação profissional e empresarial, proteção social e acessibilidade.

A CDR fez parceria com a Comissão de Turismo da Câmara em atividades conjuntas, incluindo visitas às cidades que sediarão a Copa. As comissões das duas Casas fizeram o lançamento dos anais do 12º Congresso Brasileiro de Atividade Turística, em abril, e um debate nas comemorações da Semana do Turismo, em setembro.

A comissão é presidida por Benedito de Lira (PP-AL).



O então ministro Pedro Novais (E) na CDR, ao lado do senador Benedito de Lira

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burl e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Não há na atual legislação crime tipificado como terrorismo; projeto preenche essa lacuna e prevê agravantes, como o uso da internet e o ataque a autoridade pública

Proposta fixa 30 anos de prisão para terrorista

O SENADOR ALOYSIO Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresentou na semana passada projeto de lei que define o que é terrorismo (PLS 762/11).

De acordo com a proposta, poderá ser condenada a até 30 anos de cadeia a pessoa que provocar terror generalizado mediante ofensa à integridade física ou privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político, racial, étnico, homofóbico ou xenofóbico. O projeto ainda prevê agravantes, caso o crime seja cometido contra autoridade pública. Caberá à Justiça Federal, segundo o texto, julgar os casos de terrorismo.

A formação de grupos terroristas poderá dar até 15 anos

de prisão. A incitação ao terrorismo por meio de material gráfico ou de vídeo, oito anos. Se a incitação ocorrer por meio da internet, a pena poderá ser aumentada em até um terço.

Segundo Aloysio, não há tipificação específica para esse crime na legislação brasileira, apesar de o país ser signatário de tratados internacionais sobre terrorismo. Para ele, o projeto "preenche lacuna grave de nosso ordenamento jurídico, permite o cumprimento de nossas obrigações internacionais e constrói instrumento jurídico para repressão penal de conduta odiosa".

O texto será analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Aloysio Nunes (D), ao lado de Lúcia Vânia e Pedro Taques, é autor de projeto que tipifica o terrorismo como crime



Para senador, projeto é importante para incentivar o assistencialismo

Doações podem ser deduzidas do Imposto de Renda

Tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) projeto de lei (PLS 746/11) que prevê dedução de doações a instituições que abrigam crianças e idosos da base de cálculo dos impostos de renda (IRs) de pessoas físicas e jurídicas. De autoria de Blairo Maggi (PR-MT), a proposta altera a Lei 9.250/95.

O senador argumenta que a doação é uma das formas de se praticar o assistencialismo. Mas o incentivo a tal prática não existe para os contribuintes do IR. Por isso, a proposta seria importante para ampliar a assistência aos desamparados.

Blairo salienta que o número de idosos cresceu 47,8% na última década, contra 21,6% da população brasileira, o que se deve principalmente a menor taxa de mortalidade em função dos avanços da medicina e ao acesso à informação. Ele lembra, ainda, que a expectativa de vida do brasileiro aumentou cerca de três anos entre 1999 e 2009, sendo atualmente de 73,1 anos.

O projeto pode receber emendas até 7 de fevereiro. Será apreciado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

União pode dividir arrecadação com estados e municípios

A União deverá destinar a estados e municípios parte do valor arrecadado com as contribuições sociais e as contribuições de intervenção no domínio econômico (Cides). Hoje, esses tributos abastecem exclusivamente o caixa federal.

Essa transferência está determinada em proposta de emenda à Constituição (PEC 125/11) recém-apresentada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

De acordo com a proposta, a União deverá repassar 5% do total arrecadado com essas contribuições ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e 5% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Atualmente, apenas o

Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) têm parcelas destinadas a estados e municípios.

A PEC excetua a Cide cobrada sobre os combustíveis, que já é partilhada.

Acir Gurgacz argumenta que estados e municípios têm sofrido perdas nas transferências federais obrigatórias justamente por causa do aumento da participação das contribuições sociais na arrecadação da União.

A Constituição não prevê a partilha desses recursos com os governos estaduais e municipais, e o governo federal tem preferido aumentar sua receita por meio desses tributos.

Exemplo disso, afirma o se-

nador, é o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, cuja alíquota foi reduzida de 35% para 25%, ao mesmo tempo em que se instituiu a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), com alíquota de 9%. O IPI, por sua vez, tem sido, ao menos em parte, substituído pela Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), acrescenta.

São exemplos de contribuições para a seguridade social a Cofins, o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e o Fundo de Investimento Social (Finsocial), além da CSLL.

Exemplos de Cide são as de remessas para o exterior, o



Acir Gurgacz propõe partilha de contribuições recolhidas pela União

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Fundtel).

O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Projeto prevê multa para empresa que pagar salário menor a mulher

Projeto de lei que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ataca problema comum em muitas empresas: a contratação de mulheres com salários menores do que os dos homens para exercer as mesmas funções. Pelo texto (PLC 130/11), o empregador pagará multa equivalente a cinco vezes a diferença verificada durante todo o contrato. O valor beneficiará a empregada que for alvo de discriminação.

A proposta é de autoria do deputado Marçal Filho (PMDB-MS) e foi aprovada na Câmara em outubro. O deputado lembra que a proibição de diferença salarial entre homens e mulheres está expressa na Constituição e em outras normas, inclusive na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Apesar disso, Marçal Filho ressalta que o

Brasil ainda não conseguiu acabar com a discriminação sofrida pela mulher.

Segundo ele, estudo da Confederação Internacional dos Sindicatos mostra que as brasileiras são as mais apenadas com a diferença de salários em todo mundo: ga-

nham em média 34% a menos que os homens. O estudo foi elaborado em 2009 com 300 mil mulheres de 24 países. Depois do Brasil, estão África do Sul (33%), México (29,8%) e Argentina (26,1%). Nos Estados Unidos, as mulheres recebem 20,8% a menos. As

menores diferenças foram observadas na Suécia (11%), Dinamarca (10,1%), Reino Unido (9%) e Índia (6,3%). Depois da CAS, a matéria seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde receberá decisão terminativa.



Comissão de Assuntos Sociais analisará projeto que pune discriminação contra mulher no mercado de trabalho

Entre as propostas que ainda não tiveram votação final no Senado está a que estabelece que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem poderes para investigar juízes

Projetos polêmicos voltam à pauta em 2012

PROJETOS QUE AQUECE- RAM as discussões no Senado em 2011, mas que, justamente por sua natureza polêmica, acabaram não sendo votados, retornarão à pauta de trabalho dos senadores em 2012.

Entre eles, estão a proposta de emenda à Constituição (PEC 97/11) que disciplina os poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e novo projeto de lei que trata da homofobia (PLC 122/06).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concentrará alguns dos principais debates do primeiro semestre de 2012, inclusive a PEC do CNJ. O texto, de autoria do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), torna mais clara

a competência do CNJ para processar e punir juízes.

A proposta ganhou destaque neste final de ano, depois que o ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal, concedeu liminar restringindo os poderes do conselho.

Com essa decisão, os conselheiros não podem mais iniciar investigações — são autorizados a atuar apenas em processos que estejam paralisados, abertos pelas corregedorias dos tribunais. O STF ainda vai julgar o mérito.

Na última sessão da CCJ de 2011, senadores pressionaram para que a PEC, apresentada em agosto, fosse votada ainda neste ano, a fim de devolver ao CNJ o poder pleno para



Em análise na CCJ, projeto torna prescrição de remédios exclusiva de médicos

investigar magistrados.

No entanto, requerimento para a realização de audiência pública sobre o tema, com participação da corregedora do

CNJ, ministra Eliana Calmon, acabou provocando o adiamento da discussão para 2012.

Segundo o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a



Corregedora do CNJ, Eliana Calmon deverá falar no Senado em 2012

materia será votada assim que for realizada a audiência, da qual devem participar ex-ministros do STF e representantes de entidades dos magistrados.

Comissão vota Ato Médico em fevereiro

Previsto para ser votado em fevereiro, nas primeiras sessões da CCJ, o projeto de lei do Ato Médico (PLS 268/02) regulamenta a profissão médica, definindo as atividades que cabem exclusivamente à categoria, como formulação de diagnóstico e prescrição terapêutica. A proposta, do então senador Benício Sampaio, tem parecer favorável do relator, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que garantiu que o texto não interfere nas atividades dos demais profissionais de saúde, como os fisioterapeutas.

Estatuto da Juventude regula meia-entrada

Com tramitação na CCJ acompanhada por entidades estudantis, o projeto de lei (PLC 98/11) do Estatuto da Juventude institui princípios e diretrizes para políticas públicas voltadas para a faixa de 15 a 29 anos. Entre outras medidas, a proposta regulamenta a concessão da meia-entrada. O substitutivo do relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), altera o texto aprovado pela Câmara, limitando o benefício a 40% dos ingressos em eventos privados e a 50% em eventos promovidos com apoio do governo.

Projeto vê economia de R\$ 150 mi no Senado

Está também na CCJ o projeto de reforma administrativa do Senado (PRS 96/09). O substitutivo de Benedito de Lira (PP-AL), terceira versão da proposta desde 2009, estava pronto para votação quando um pedido de vista feito por Pedro Simon (PMDB-RS) adiou sua discussão para 2012. Simon questionou se as sugestões do colega seriam suficientes para um real enxugamento da máquina administrativa do Senado. O substitutivo a ser apresentado na CCJ fala em economia de R\$ 150 milhões.

Ainda falta consenso ao texto da homofobia

Na Comissão de Direitos Humanos, o Senado dará continuidade à discussão do projeto da lei anti-homofobia (PLC 122/06), que transforma em crime a discriminação motivada pela orientação sexual da vítima. A relatora, Marta Suplicy (PT-SP), trabalha para conseguir um relatório de consenso. Enquanto os militantes do movimento gay querem acabar com os episódios de violência com motivações homofóbicas, os evangélicos querem evitar que suas críticas à homossexualidade sejam tratadas como crime.

PEC fixa regra para jornalistas

A proposta de emenda à Constituição que exige diploma de graduação em Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista (PEC 33/09) deve ser votada no Plenário logo no início dos trabalhos de 2012. A matéria teve de dar lugar a outras consideradas prioritárias no final deste ano. Acordo entre líderes partidários prevê sua votação em segundo turno em fevereiro. O primeiro turno da votação ocorreu no final de novembro.

Votação continua na Câmara

Alguns projetos que exigiram atenção dos senadores em 2011 seguirão em debate na Câmara. É o caso do novo Código Florestal (PLC 30/11), prioridade para o presidente da Câmara, Marco Maia. Outra medida prioritária naquela Casa é o projeto (PLS 448/11) que trata da divisão dos royalties de petróleo. O debate sobre a divisão dos recursos entre estados produtores e não produtores foi acirrado no Senado e deve prosseguir polêmico na Câmara.

PEC das MPs aguarda parecer

Em análise na Câmara está também a Proposta de Emenda à Constituição 11/11, do Senado, que altera o rito de tramitação das medidas provisórias. A medida redistribui entre as Casas do Congresso o prazo de tramitação das MPs, aumentando o tempo de análise da matéria no Senado. Proíbe ainda a inclusão no texto de assuntos diferentes do tema principal. Encaminhada à Câmara em agosto, a PEC segue aguardando parecer na CCJ.

Beneficiado por decisão do STF, Jader Barbalho toma posse no Senado

Jader Barbalho (PMDB-PA) tomou posse hoje no Senado. Ao lado dos filhos Giovana e Daniel, disse que chega como “um recruta se reapresentando”:

— Devo meu mandato exclusivamente ao povo do Pará.

A posse foi dada pela vice-presidente do Senado, no exercício da Presidência, Marta Suplicy (PT-SP), diante de membros da Comissão Diretora.

Na eleição de 2010, Jader Barbalho foi o segundo senador mais votado do Pará. Não assumiu porque foi barrado pela Justiça Eleitoral com base na Lei da Ficha Limpa, daquele mesmo ano.

A lei diz que não podem ser eleitos políticos que foram condenados por colegiado (mais de um juiz) ou que renunciaram para evitar a cassação.

Jader foi barrado porque havia renunciado ao mandato de senador em 2001.

Na época, era investigado pelo Conselho de Ética por suposto envolvimento em corrupção no Banco do Estado do Pará e na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia. Ele sempre disse ser inocente. Em seu lugar, assumiu a senadora Marinor Brito (PSOL).

Jader agora ocupa a vaga porque o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a Lei da Ficha Limpa não vale para as eleições do ano passado.

Ao mesmo tempo em que ocorria a posse, três manifestantes faziam um discreto protesto. Marta Suplicy disse

que, diante da decisão do STF, cabia ao Senado dar posse a Jader.

Ele lamentou “ter perdido 11 meses” e negou-se a avaliar o mandato de Marinor — afirmou não ter tempo para divergências pessoais. Disse que vai apoiar a presidente Dilma Rousseff — seu partido é da base governista —, mas admitiu a possibilidade de divergir em alguns casos. Segundo ele, seu compromisso é com o povo.

Participaram da posse, além de representantes da Mesa do Senado, os senadores Gim Argello (PTB-DF) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O mandato de Jader vai até janeiro de 2019. Pelos quatro dias de dezembro, receberá R\$ 3.448,14 — um senador recebe, por mês, R\$ 26.723. Ele já foi deputado estadual, deputado federal, senador e governador do Pará.



Jader Barbalho concede entrevista coletiva a jornalistas logo depois de tomar posse no Senado